



Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
Educação a Distância da UFSM - EAD
Universidade Aberta do Brasil - UAB

PÓLO: Agudo
DISCIPLINA: Elaboração de Artigo Científico
PROFESSOR ORIENTADOR: Edgardo Gustavo Fernández, 26/11/2010

A importância das TIC na Educação Inclusiva sob o olhar do Atendimento Educacional Especializado da E.E.E.M. Vital Brasil

The importance of ICT for Inclusive Education under the gaze of Specialized Educational Services EEEM Vital Brazil

SEGATO, Jaciane

Licenciada em Ciências – Habilitação Matemática – Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Campus Cachoeira do Sul

RESUMO

Estamos diante de uma nova realidade no processo ensino-aprendizagem onde a incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se torna cada vez mais presente nos ambientes educacionais, tanto em classes regulares de ensino quanto em salas de atendimento educacional especializado. Partindo desse pressuposto, foi possível verificar a importância do uso das TIC como ferramentas potencializadoras para o desenvolvimento intelectual dos alunos inclusos atendidos pela Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual de Ensino Médio Vital Brasil – Cachoeira do Sul – RS. Para isso, foi realizada a identificação de objetos de aprendizagem que favorecessem o aprendizado de tais alunos de acordo com as limitações de cada um, proporcionando ao aluno incluso as mesmas condições de acesso dos alunos da classe regular de ensino e promovendo a inclusão também na esfera digital.

Palavras-chave: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Educação Inclusiva, Objetos de aprendizagem.

ABSTRACT

We are facing a new reality in the teaching-learning process where the incorporation of Information and Communication Technology (ICT) becomes increasingly present in educational settings, both in regular classes and in teaching rooms specialized educational services. Based on this assumption, it was possible to verify the importance of the use of ICT as tools for potentiating the intellectual development of students served by the cafe included specialized educational services (ESA) State School High School Vital Brazil - Cachoeira do Sul - RS. For this, we performed the identification of learning objects that would promote the learning of such students in accordance with the limitations of each, providing the student included the equal access of students in regular class teaching and promoting the inclusion also in the sphere digital.

Keywords: *Information and Communication Technology (ICT), Special Education, Learning Objects.*

INTRODUÇÃO

A realidade com que nos deparamos no mundo de hoje é a de que estamos inseridos em um contexto dominado pelas novas tecnologias que se multiplicam a cada instante, ratificando o termo de “Sociedade da Informação” para o modelo de organização em que estamos vivendo. Diante deste cenário, o papel da escola deve ser definido por sua capacidade de preparar o aluno no uso ativo, consciente e crítico dos meios que acumulam a informação e o conhecimento, proporcionando igualdade de acesso a todos. Partindo desse pressuposto, este trabalho visa buscar a maneira como o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) intervém beneficentemente na formação de pessoas com necessidades especiais, mais precisamente alunos inclusos com déficit de aprendizagem atendidos pela Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual de Ensino Médio Vital Brasil, no município de Cachoeira do Sul – RS, como este recurso pode atuar enquanto uma ferramenta potencializadora na inclusão digital e social e, não menos importante, na formação cognitiva destas pessoas.

Perspectiva da Educação Inclusiva

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. Segundo Mantoan (2002):

Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos e dos

encontros da subjetividade humana com o cotidiano, o social, o cultural. Redes cada vez mais complexas de relações, geradas pela velocidade das comunicações e informações estão rompendo as fronteiras das disciplinas e estabelecendo novos marcos de compreensão entre as pessoas e do mundo em que vivemos.

Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino, a *igualdade de condições de acesso e permanência na escola* (art. 206, inciso I), acrescentando que o *dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um* (art. 208, V). Quando garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola, a Constituição Federal não usa adjetivos e assim sendo, toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência.

Além do mais, após a LDB/1996, surgiu uma nova legislação, que revoga as disposições anteriores que lhe são contrárias. Trata-se da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência, celebrada na Guatemala, em maio de 1999.

O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. Este documento, portanto, tem valor de norma constitucional, já que se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana.

A importância dessa Convenção está no fato de que deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação como [...] *“toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. I, nº 2“a”)*.

A mesma Convenção esclarece, no entanto, que não constitui discriminação [...] *“a diferenciação ou preferência adotada para promover a integração social ou o desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência, desde que a diferenciação ou*

preferência não limite em si mesma o direito à igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação ou preferência” (art. I, nº 2, “b”).

Mantoan (2001) ressalta que essa norma, portanto, não se coaduna com a LDB/1996, que diferencia a educação com base em condições pessoais do ser humano, no caso a deficiência, admitindo a substituição do direito de acesso à educação pelo atendimento ministrado apenas em ambientes “especiais”.

De acordo com o DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/1996), e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007, decreta que:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

TIC e Inclusão Escolar

Moran (1995) diz que:

as tecnologias de comunicação não substituem o professor, mas modificam algumas das suas funções. A tarefa de passar informações pode ser deixada aos bancos de dados, livros, vídeos, programas em CD. O professor se transforma agora no estimulador da curiosidade do aluno por querer conhecer, por pesquisar, por buscar a informação mais relevante. Num segundo momento, coordena o processo de apresentação dos resultados pelos alunos. Depois, questiona alguns dos dados apresentados, contextualiza os resultados, os adapta à realidade dos alunos, questiona os dados apresentados. Transforma informação em conhecimento e conhecimento em saber, em vida, em sabedoria.

Considerando essa dimensão de ensino e aprendizagem, pesquisas como de Pellanda, Schlünzen & Schlünzen (2005) comprovam que o uso das TIC possibilita meios que favoreçam a inclusão digital, social e até mesmo educacional de pessoas com características diferenciadas, inclusive com algum tipo de deficiência. Para isso, o mercado educacional de hoje oferece uma gama bastante grande de *softwares* específicos que se adaptam aos objetivos de inúmeras situações de ensino e aprendizagem. De acordo com Morellato et al. (2006, p. 2), *software* educacional é “um conjunto de recursos informáticos projetados com a intenção de serem usados em contexto de aprendizagem”, que vai ao encontro das necessidades dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem igualitário.

Com isso, muitos *softwares* têm invadido os espaços da sala de aula promovendo um ambiente rico e diversificado que possibilita o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais (NEE). Neste contexto, Valente (1997) destaca que os *softwares* podem ser analisados em duas abordagens teóricas de aprendizagem: a instrucionista, que segue os objetivos de uma máquina de ensinar ou a construcionista, na qual o aluno constrói seu conhecimento. Cabe ao professor realizar a análise e a melhor escolha de acordo com seus princípios e objetivos educacionais.

Além disso, entre os recursos potencializadores do desenvolvimento cognitivo proporcionados aos alunos pelas TIC estão os “Objetos de Aprendizagem” (OA), que são ferramentas auxiliares no processo de ensino e aprendizagem de conceitos disciplinares. Conforme Beck (2001, apud BETTIO et al) Objetos de Aprendizagem são:

qualquer recurso digital que possa ser reutilizado para o suporte ao ensino. A principal idéia dos Objetos de Aprendizado é quebrar o conteúdo educacional em pequenos pedaços que possam ser reutilizados em diferentes ambientes de aprendizagem, em um espírito de programação orientada a objetos (p. 1).

Esses objetos são elaborados para serem utilizados na rede regular de ensino de todo o País, mas sua utilização ainda é limitada em razão da falta de infra-estrutura das escolas. Porém, com o acesso cada vez maior às tecnologias, essa realidade está mudando, e é importante a existência de um vasto repositório de objetos para atender à demanda de escolas públicas brasileiras. É importante ressaltar que há a preocupação por parte de pesquisadores e educadores de que esses objetos possam ser explorados principalmente por pessoas que apresentem algum tipo de deficiência. Para tanto, é necessário pelo menos estar preocupado em torná-los acessíveis.

Método

O estudo foi realizado envolvendo dez alunos matriculados entre o 2º ano e a 4ª série do Ensino Fundamental da Classe Regular de Ensino e atendidos pela Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da Escola Estadual de Ensino Médio Vital Brasil, no município de Cachoeira do Sul/RS. A faixa etária destes alunos fica entre 8 e 13 anos e as limitações apresentadas são a deficiência intelectual e o transtorno global do desenvolvimento.

O atendimento da Sala de AEE é realizado pela Educadora Especial Luciane Botlender, de forma individual ou em grupo de no máximo três alunos, no turno inverso de suas turmas regulares, com a frequência de duas vezes por semana.

O trabalho desenvolveu-se num período de aproximadamente três meses (junho, julho e agosto) e foi baseado principalmente nas aplicações de objetos de aprendizagem. Inicialmente, foi realizada uma observação no intuito de conhecer os alunos juntamente com uma rápida coleta de dados com a professora sobre um breve histórico do processo de aprendizagem de cada um. Seguindo a metodologia utilizada pela Educadora Especial e pareceres das professoras da Classe Regular, precisávamos utilizar as TIC de modo que desenvolvesse principalmente o processo de alfabetização e o raciocínio lógico-matemático, pois estas são as áreas de maior déficit de aprendizagem nos alunos em questão. Para isso, utilizamos três objetos de aprendizagem específicos para os problemas apresentados. O primeiro objeto de aprendizagem aplicado foi o “Viagem Espacial”, focado no processo de alfabetização. Este objeto conta com três ambientes onde o aluno realiza atividades correspondentes aos níveis pré-silábico, silábico e alfabético. Após passar a fase pré-viagem, o aluno tem acesso à tela onde estão os três mundos, mas apenas poderá “entrar” no mundo de nível inicial, onde as atividades são de nível pré-silábico. As atividades do segundo mundo são de nível silábico e as do terceiro são de nível alfabético, conforme pode ser visualizado pelas figuras 1, 2, 3 e 4:



Figura 1 - Tela de acesso aos mundos do OA “Viagem Espacial”
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)



Figura 2 - Exemplo de atividade do nível pré-silábico do OA “Viagem Espacial”
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)



Figura 3 - Exemplo de atividade do nível silábico do OA “Viagem Espacial”
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

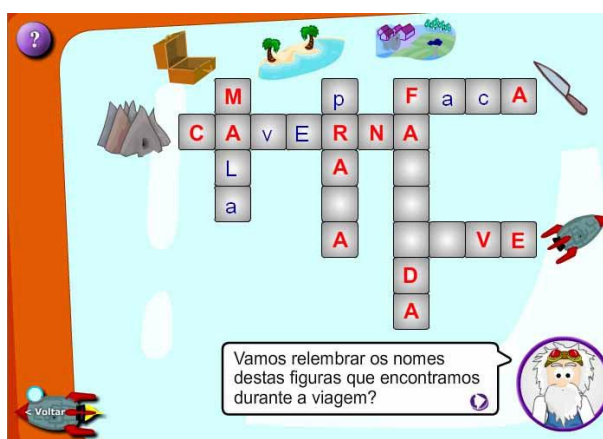


Figura 4 - Exemplo de atividade do nível alfabético do OA “Viagem Espacial”
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

O segundo objeto de aprendizagem utilizado foi o “Fazenda Rived”, voltado para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático do usuário. Este objeto apresenta inúmeras possibilidades para trabalhar conceitos matemáticos como: ordenação, inclusão de classes, antecessores e sucessores, relação de conjuntos, conservação de número, sistema de contagem, etc. Além disso, outras áreas do conhecimento podem ser exploradas com este objeto, tais como: Ciências (onde o professor poderá explorar assuntos sobre meio ambiente, a vida saudável e os produtos naturais que se obtém em uma fazenda); ou Geografia (poderá realizar uma comparação da vida do campo e da cidade - fatores positivos e negativos, os produtos alimentícios de uma cidade que vêm de uma fazenda, entre outros); ou Língua Portuguesa (poderá abordar o processo de alfabetização), entre outras disciplinas. Nas figuras 5, 6, 7 e 8, podem ser visualizadas algumas possibilidades deste objeto.

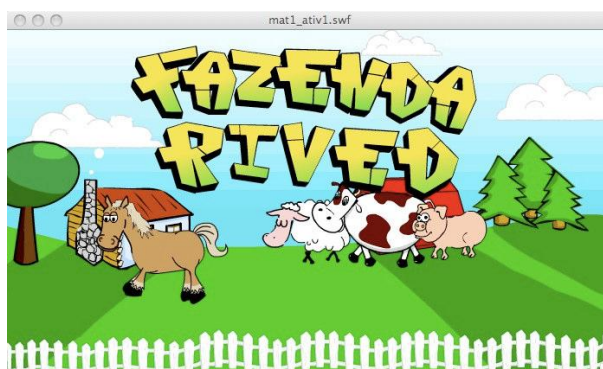


Figura 5 - Tela inicial do OA “Fazenda Rived”
Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

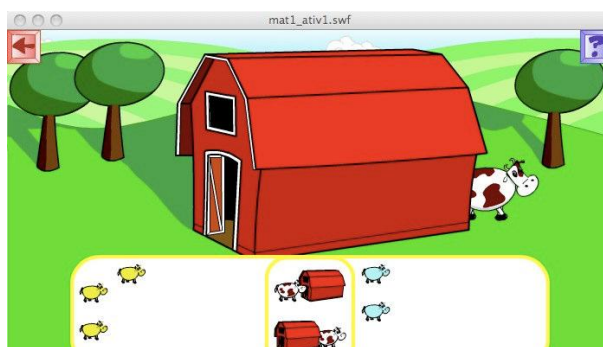


Figura 6 - Sistema de contagem
Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)



Figura 7 - Memorização e associação
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

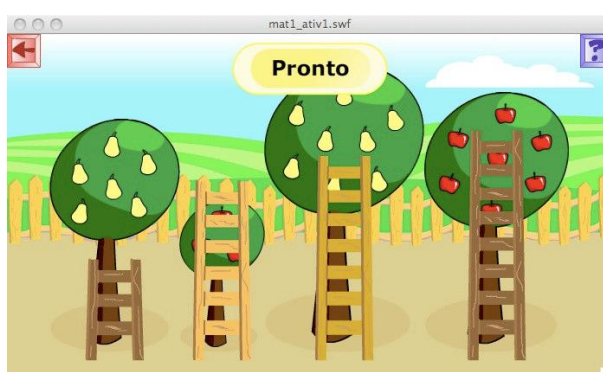


Figura 8 - Proporcionalidade
 Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

O terceiro e último objeto de aprendizagem aplicado foi o “Scrapbook” com foco no desenvolvimento social do aluno. Com esse software é possível montar um álbum digital sobre a história da própria vida através de temas fundamentais como:

- * *Minha história: Conhecimento da auto-imagem do aluno e como ele se vê ou se coloca no contexto: escola, casa, família, amigos, entre outros.*
- * *Quem sou: Descrição que o aluno tem de si mesmo em termos de caráter, personalidade e físicos. Neste e também em outros temas o professor tem a oportunidade de analisar a imagem que o aluno tem de si mesmo e possíveis problemas e suas fontes.*
- * *A família e minha casa: Qual é a relação entre o aluno e sua família e como se sente em sua casa.*
- * *Os amigos: Quem são? O aluno se sente querido/acolhido? Qual o grau da amizade?*
- * *A escola: Se ele se sente acolhido. Por que ir para a escola?*
- * *Eu amo: Pode ser pessoa, lugar, objeto, animal entre outros.*
- * *Felicidade: Onde/quando/como ou com quem ele se sente feliz?*
- * *Um dia inesquecível: Experiência e preferência.*
- * *Um presente: Qual o presente que gostou mais*
- * *Uma festa: Festa recebida ou dada? Melhor festa que participou.*
- * *Eu digo Sim para: Aprovação, o que acha positivo para a sua vida e das pessoas.*
- * *Eu digo Não para: Reprovação, o que acha negativo para a sua vida e das pessoas.*

A figura 9 retrata uma das telas de acesso deste objeto.



Figura 9 - Tela inicial de acesso

Fonte: [http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)

Resultados e Discussões

A avaliação dos resultados do processo de ensino-aprendizagem dos alunos envolvidos neste trabalho foi realizada em reunião com a educadora especial juntamente com as professoras da Classe Regular de ensino, a fim de propiciar um momento para análise de desempenho dos mesmos e expressão de seus respectivos pareceres. Após uma troca de informações entre os dois segmentos de ensino, Classe Regular e Sala de AEE, concluiu-se que os alunos apresentaram melhores resultados no processo de alfabetização, como foi o caso de quem estava passando da fase silábica-alfabética para a fase ortográfica, na qual demonstraram ter mais facilidade nas atividades desenvolvidas na sala de aula após o uso do software “Viagem Espacial”. A área lógico-matemática teve um bom desenvolvimento também com o uso do OA Fazenda Rived, pois os alunos passaram a contar melhor, compreenderam conceitos de classificação e ordenação e efetuaram pequenos cálculos de soma e subtração, o que pode ser considerado um grande avanço pelas dificuldades intelectuais que possuem, pois nesses casos sabe-se que o processo é gradativo e contínuo. Este tipo de reunião costuma ser realizado mensalmente ou sempre que necessitar para avaliar as potencialidades e dificuldades dos alunos atendidos na Sala de AEE a fim de que haja um acompanhamento de uma possível evolução do processo de aprendizagem dos mesmos.

Com o objeto “Scrapbook” conseguimos aplicá-lo de uma maneira bastante superficial por ser uma atividade que necessita de um pouco mais de tempo, mas pode-se perceber a importância deste recurso para o aluno especial tendo em vista que é uma

oportunidade para que o mesmo comece a construir sua identidade, com as coisas que gosta, com seus próprios sentimentos de maneira bem individual registrando sua própria história.

Durante a realização das atividades propostas, os alunos apresentaram algumas dificuldades de concentração e de visão do todo das partes, isso porque a atenção deles ficava voltada para a visualização das imagens e animação dos desenhos de cada tela do objeto e não para o contexto de informações que levaria à realização das atividades. Para auxiliar na superação destas dificuldades, além das instruções legendadas, foi utilizado também o recurso de áudio para reforçar o entendimento e manter o foco no desenvolvimento das tarefas. Outra dificuldade observada foi quanto à utilização do mouse em determinadas atividades que exigiam um clique exatamente em um lugar específico da figura ou campo de resposta, pois devido à limitação da coordenação motora, principalmente da motricidade fina, que envolve movimentos mais suaves, acabou tornando-se um empecilho para que pudessem prosseguir a tarefa sem o auxílio da professora.

Nos poucos mas importantes momentos que pudemos ter com os familiares desses alunos, geralmente quando chegavam para buscá-los, foi possível perceber a motivação e um certo prazer em ver que mesmo com limitações, seus filhos também eram capazes de fazer o uso das mesmas tecnologias oferecidas aos demais.

Conclusão

Após o término deste estudo, foi possível concluir que as TIC são recursos tecnológicos que aplicados pedagogicamente, complementam e/ou suplementam a aprendizagem, possibilitando a aquisição de conceitos formais de forma lúdica, onde aguça a curiosidade do aluno, lança desafios e conseqüentemente auxilia no processo de ensino-aprendizagem. Em contrapartida, especificamente no caso de objetos de aprendizagem e outros softwares educacionais, os quais foram os recursos utilizados neste estudo, há um ponto negativo que é o esgotamento das atividades assim que são concluídas. É necessária uma contínua renovação, o que não é tão simples por envolver uma equipe de trabalho multidisciplinar, entre pedagogos, programadores, *designers*, etc.

Com base nessas avaliações prévias, o estudo prevê contínuo esforço para que as perspectivas e propostas de trabalho sejam devidamente cumpridas, visando, sobretudo,

a formação desses sujeitos numa perspectiva onde sejam críticos e atuantes dessa sociedade cada vez mais tecnológica.

Referências Bibliográficas

BECK, R.J. Learning Objects: What?. Center for Internation Education. University of Winsconsin. Milwaukee. 2001

BETTIO, R. W. de; MARTINS, A. Objetos de aprendizado: um novo modelo direcionado ao ensino a distância. In: 9º Congresso Internacional de Educação a Distância. 2002. São Paulo/SP. 9º Congresso Internacional de Educação a Distância. [On-Line]. Disponível em: <<http://www.universiabrasil.net/materia/materia.jsp?id=5938>>. Acesso em: 09 set. 2010.

BRASIL, Congresso Nacional (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília/DF: Centro Gráfico.

BRASIL, Congresso Nacional (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394. Brasília/DF: Centro Gráfico.

BRASIL, Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Convenção da Guatemala). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>. Acesso em: 10 ago 2010.

BRASIL, Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 10 ago 2010.

MANTOAN, M.T.E. (2001). Caminhos pedagógicos da inclusão. São Paulo: Memnon, edições científicas.

MANTOAN, M.T.E. (2002). Produção de conhecimentos para a abertura das escolas às diferenças: a contribuição do LEPED (Unicamp). In D.E. G. Rosa, V.D. de Souza (Orgs.). *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. (pp.79-93). Rio de Janeiro: DP&A.

MORAN, José Manuel, Especialista em projetos inovadores na educação presencial e a distância, *Publicado na revista Tecnologia Educacional*. Rio de Janeiro, vol. 23, n.126, setembro-outubro 1995, p. 24-26

MORELLATO, C. et al. A utilização de s educacionais e a construção de aprendizagens. In: Curso de formação em serviço de professores em informática na educação especial. Proinesp, 2006. Disponível em: <http://www.nec.fct.unesp.br/TA/material_apoio/m2s2a06_informatica_na_educacao_especial.doc>. Acesso em 10 ago 2010.

PELLANDA, Nize Maria Campos, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Klaus Schlünzen (orgs.) Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

VALENTE, J.A. O uso do computador na inclusão da criança deficiente. In: MANTOAN, M.T.E. A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema, 1997. Disponível em:
<http://www.nec.fct.unesp.br/TA/material_apoio/m2s2a06_informatica_na_educacao_especial.doc>. Acesso em 10 ago 2010.

Sites:

[http:// www.rived.mec.gov.br](http://www.rived.mec.gov.br).(10/08/2010)